

Da “sociedade da informação” à “sociedade 2.0”: o retorno dos discursos “míticos” sobre o papel das TICs nas sociedades



Éric George

Doutor em Comunicação
(Université du Québec à Montréal)
Professor da Faculté de Communication (UQAM)
E-mail: george.eric@uqam.ca

Resumo: No contexto deste artigo, mostrarei, em um primeiro momento, que a expressão “sociedade da informação” se integra muito bem dentro de um conjunto mais vasto de discursos que dizem respeito à “sociedade conectada”, à “informatização da sociedade”, às “autovias da informação” e à “sociedade do conhecimento”, e abordarei as razões que explicam a utilização desses termos ao longo dos últimos quarenta anos. Em um segundo momento, veremos que se a expressão “sociedade da informação” parece atualmente menos disseminada, é porque agora ela perde espaço para as noções de “web 2.0” e até mesmo de “sociedade 2.0”, em um registro discursivo muito próximo. **Palavras-chave:** sociedade da informação, web 2.0, conhecimento.

*De la “sociedad de la información” a la “sociedad 2.0”:
el retorno permanente de los discursos “míticos” sobre el
papel de las TICs en las sociedades*

Resumen: En este artículo, voy a mostrar, en un primer momento, que el término “sociedad de la información” se integra muy bien con un conjunto más amplio de los discursos que se refieren a la “sociedad en red”, la “era de la información”, a las “autovías de la información” y a la “sociedad del conocimiento”, y discutiré las razones para el uso de estos términos durante los últimos cuarenta años. En un segundo paso, veremos que si el término “sociedad de la información” ahora parece menos extendido, es porque hoy ella está perdiendo terreno frente a las nociones de “web 2.0” e incluso “sociedad 2.0”, en un registro discursivo muy cercano.

Palabras clave: sociedad de la información, web 2.0, conocimiento.

*From the “information society” to the “society 2.0”:
the permanent return of the “mythical” discourses about the
role of ICTs in societies*

Abstract: In this paper, I will show, at first that the expression “information society” integrates well within a wider set of discourses that relate to the “networked society”, the “information age”, the “information highway” and the “knowledge society”, and discuss the reasons for the use of these terms over the past forty years. In a second moment, we see that if the term “information society” now seems less widespread, it is because now it is losing ground to the notions of “web 2.0” and even “society 2.0” in a closer discursive register.

Keywords: information society, web 2.0, knowledge.

As razões do sucesso de uma expressão que perdura no tempo

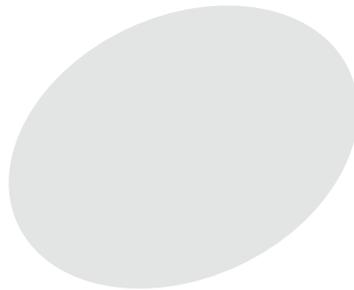
A expressão “sociedade da informação” tornou-se de uso corrente em um vasto conjunto de discursos científicos, políticos, econômicos e jornalísticos há mais de um quarto de século. A partir dos anos 1970, ela define uma sociedade que seria cada vez mais caracterizada pela informação, pela comunicação, pelo saber e pelo conhecimento. Mas também, e sobretudo, pelos dispositivos técnicos capazes de veicular tais informações, saberes e conhecimentos. Mas foi no início do século XXI que a expressão “sociedade da informação” conheceu seu auge, principalmente com a organização de dois encontros mundiais organizados pela União Internacional das Telecomunicações, com o apoio das Nações Unidas, em Genebra (2003) e na Tunísia (2005).

Inicialmente é importante lembrar que a expressão “sociedade da informação” se revela imprópria, pois parece impossível qualificar uma sociedade específica pela informação ou

Texto traduzido, com a permissão do autor, pela professora Ângela Cristina Salgueiro Marques, docente da UFMG, doutora em Comunicação pela UFMG e pós-doutora na mesma área pela Université Stendhal, Grenoble III (França).

mesmo pela comunicação. Mas sociedades não se sustentam sobre as trocas de informação e sobre a comunicação, segundo a célebre fórmula empregada por Paul Watzlawick, “nós não podemos não nos comunicar?”. Certamente, os papéis desempenhados pela informação e pela comunicação podem se mostrar diferentes de acordo com os lugares e os períodos históricos, mas um mínimo de

Dito de outro modo, seriam as profissões do saber que tomariam o poder em detrimento do mundo dos negócios



comunicação é sempre indispensável em nossa sociedade. Assim sendo, como explicar seu sucesso ao longo de décadas? A respeito dessa questão desenvolverei três respostas. Primeiramente, veremos que, para além das diferenças, as expressões acima mencionadas apresentam um ponto comum maior, uma vez que descrevem uma sociedade que repousa sobre a multiplicação das trocas de informações de toda natureza – desde conversações mediadas por diversas ferramentas técnicas até a difusão de conteúdos produzidos por empresas especializadas – em um contexto de desenvolvimento acelerado das tecnologias de informação e da comunicação (TICs) até o desenvolvimento atual de tecnologias rizomáticas como a Internet e a telefonia móvel.

Após essas mudanças, será preciso mostrar que as afirmações consagradas à ascensão de uma sociedade da informação frequentemente testemunharam as mutações do capitalismo, com a economia sendo considerada cada vez mais prioritária em relação à política, ainda que os argumentos de ordem econômica sejam construídos sob a máscara de outras afirmações, sobre os quais

discutiremos em um terceiro momento. Veremos, então, que se a questão da “sociedade da informação” ganha espaço, isso se deve também ao fato de que a expressão é amplamente mobilizada por um número crescente de atores sociais, e porque os argumentos por eles sustentados dizem geralmente respeito a discursos míticos que visam reunir as pessoas, principalmente em torno de uma sociedade que seria mais democrática, menos hierárquica, mais horizontal. Por isso, continuaremos a discutir sobre esse tema na segunda parte do texto, revelando que o emprego de expressões como “web 2.0”, “sociedade 2.0”, “educação 2.0”, “saúde 2.0”, etc., se inscrevem na continuidade dos discursos sobre a “sociedade da informação”.

● Uma sociedade caracterizada pelas tecnologias

Ainda que nosso objetivo não consista em delinear a gênese da noção de “sociedade da informação”, nos parece inicialmente pertinente lembrar, de modo breve, que foi nos Estados Unidos que essa noção foi cunhada desde o início dos anos 1960, apontando para a ascensão de uma nova sociedade. Quem primeiro utilizou esse termo foi Fritz Machlup que, em sua obra *The production and distribution of knowledge in the United States* (1962), efetua um recorte da economia em setores distintos, baseados sobre a dicotomia entre o que seria, segundo ele, “informacional” e o que dizia respeito ao “não informacional”, ressaltando que a nova sociedade seria marcada por uma maior importância do setor informacional. Em seguida, Marc Uri Porat vai modificar um pouco essa análise ao considerar, entre outras questões, em seu relatório de nove volumes encomendado pelo Departamento de Comércio Estadunidense (1977), que a oposição não era total, uma vez que a importância da informação é igualmente notável no seio das indústrias tradicionais. De fato, mesmo um setor historicamente muito antigo como a agricultura, está, agora, amplamente marcado pelo papel das TICs.

Um terceiro autor, Daniel Bell, teve também um papel notável no desenvolvimento dessa reflexão. Autor do livro *The coming of the post-industrial society*, ele formulou a hipótese da emergência de uma classe social de trabalhadores do saber – sobretudo engenheiros, cientistas e pesquisadores – e do recrudescimento do setor financeiro (1973). Dito de outro modo, seriam as profissões do saber que tomariam o poder em detrimento do mundo dos negócios. Em seguida, essa análise foi invalidada com o desenvolvimento de um capitalismo que, contrariamente, é marcado pelo peso das finanças em relação à economia real. Mas se essa análise foi acolhida favoravelmente na época, foi principalmente porque ela fez parte de um conjunto de discursos que foram tornados públicos no exato momento em que a informática e a micro-eletrônica progrediam tanto, que as tecnologias, começando pelo computador, puderam ser vastamente desenvolvidas tanto nos locais de trabalho quanto nas residências. A partir desse momento, é o conjunto das TICs que será considerado como sendo, ao mesmo tempo, a causa e o efeito da emergência da chamada “sociedade da informação”. Manuel Castells, autor de uma trilogia publicada no final dos anos 1990, situa a ascensão da “sociedade informacional” no Vale do Silício, onde foram feitos notáveis progressos tecnológicos sob a influência de diversos fatores institucionais, econômicos e culturais (1998). O lugar real e crescente dessas tecnologias em nossas vidas, ao menos nos países mais ricos do planeta, favoreceu enormemente o emprego da expressão “sociedade da informação”, que esconde, na verdade, outro termo: aquele da sociedade das tecnologias da informação e da comunicação.

● Uma conotação econômica igualmente forte

A “sociedade da informação” possui uma conotação técnica, e mesmo informática, considerável. Tanto é assim que ela pode, em parte, ser considerada como “filha” da cibernética, que teve seus momentos de glória nos

anos 1950. Mas a “sociedade da informação” possui também uma dimensão econômica forte e, além disso, uma conotação neoliberal. Desde os anos 1970, quando entrávamos em contato com o fim de um período de crescimento extensivo nos países mais ricos, o setor das tecnologias da informação e da comunicação, principalmente as telecomunicações, foi visto como uma fonte de enorme potencial de crescimento. Até então, a regra geral era, no mundo inteiro, a manutenção de monopólios públicos ou privados, estes últimos devendo respeitar certo número de regras ditadas pelos organismos de regulamentação, como a Federal Communications Commission (FCC), nos Estados Unidos. O desmantelamento, em 1984, da gigante estadunidense American Telephone and Telegraph Corporation (ATT), foi o estopim para a liberalização do setor das telecomunicações em escala mundial, sobretudo após a queda do muro de Berlim, em 1989. No ano seguinte, o presidente George Bush falou ao Congresso, em Washington, a respeito de uma “nova ordem mundial”, uma fórmula que remetia à idéia de um mundo unipolar que se posicionaria atrás da primeira potência mundial.

Os anos 1990 serão marcados pelas “autovias da informação”. O objetivo consistia, claramente, em elaborar uma infra-estrutura que permitisse interligar todos os aparelhos eletrônicos e informáticos. Vários programas foram desenvolvidos nos países mais ricos, sendo que os Estados Unidos foram seguidos pela União Européia (no seio da qual certos países como a França desenvolviam seu próprio programa), pelo Canadá e pelo Japão. Há um ponto comum no conjunto de relatórios associados a esses programas: a iniciativa principal deveria retornar para as empresas privadas, e os Estados deveriam se contentar em desempenhar, sobretudo, um papel de observadores (Tremblay e George, 1996). O Estado deveria, por exemplo, favorecer o desenvolvimento da demanda, visando responder ao surgimento de uma oferta industrial. Ele seria convidado a fazer isso por meio de um intermediário de sua

administração, utilizador-modelo que poderia, aliás, beneficiar-se de uma utilização massiva das TICs, uma vez que elas foram freqüentemente apresentadas como facilitadoras da prática de uma gestão transparente. A escola tinha também a missão de utilizar massivamente as TICs a fim de fazer com que os jovens assimilassem as práticas informáticas¹. A “sociedade da informação”, que nos foi mostrada como portadora de tantas vantagens, também oferece um vasto testemunho das – e participa também das – mutações do capitalismo, veiculando a idéia da possibilidade de um sistema de relações nos mercados, entre produtores e consumidores, sem atrito, em uma perspectiva (neo) cibernética² em que a política estaria a serviço da economia e na qual o lugar dominante desta última avança envolta em uma máscara composta de outras afirmações, a respeito das quais iremos agora refletir.

Um discurso aglutinador e promotor de valores

Diante do quadro acima delineado, se essa expressão obteve tanto sucesso por várias décadas, isso se explica também por ela ter sabido reunir os interesses de vários componentes de nossas sociedades para além de afirmações de ordem técnica ou econômica. Assim, associo-me à posição de Érik Neveu, expressa no livro *Vers une société de communication?* (1994). Esse autor ressalta que os discursos sobre essa nova sociedade que nos foi prometida destacam a construção de uma palavra mítica que fazia referência a “um determinismo tecnológico, a um fato que conduziria as sociedades em direção à uma diminuição de tensões, de crispções ideológicas e a um maior número de consensos [...] uma palavra despolitizada, reprimindo qualquer inscrição na História” (1994:70-71) antes de assinalar que o pensamento mítico permitia

diminuir as tensões da existência, tornando-a mais suportável. Ele ainda afirmava que esses discursos souberam aglutinar em torno deles uma multiplicidade de agentes que aí encontravam “uma linguagem adequada a seus interesses, assim como às representações encantadas de sua identidade social” (Ibid:104). Profissionais da mídia e da publicidade, mas também “pensadores preocupados com as câmeras [...], para os quais um ensaio sobre a mídia ou sobre a comunicação constitui uma obrigação salutar” (Ibid), propõem uma “verdadeira teoria exótica da sociedade da comunicação, uma mistura de teorização resultante da prática profissional e de idéias oriundas de trabalhos de pesquisadores ou de ensaístas” (Ibid). Iremos agora refletir sobre esses diferentes pontos.

Falar sobre a “sociedade da informação” apontava para a existência de um desejo profundo em favor de uma renovação do vínculo social e da vida em comum ligada ao desenvolvimento das TICs, principalmente a partir dos anos 1970. Isso pode ser evidenciado, por exemplo, nas experiências ocorridas na França a respeito da distribuição local do vídeo – no quadro do aparecimento da difusão a cabo –, na criação de serviços de televisão comunitária e depois de rádio no Quebec, na invenção das “comunidades virtuais” pelos militantes da contra-cultura nos Estados Unidos (Rheingold, 1995). Mas, para além desse vasto conjunto de tentativas de criação de mídias alternativas em relação aos meios dominantes, Vincent Mosco (1998) nos lembra que, no momento do desenvolvimento dos sistemas globais de comunicação mediada pelo computador, sobretudo aqueles ligados à Internet, ao “ciberespaço” e às “auto-estradas da informação”, houve a elaboração de uma palavra mítica.

Esses mitos contribuíram, segundo ele, para esconder o papel central das empresas transnacionais no processo de desenvolvimento dessas redes e tecnologias. Em sua argumentação, que pretende mostrar a que ponto o termo “sociedade da informação” faz parte de um discurso ideológico que favorece

¹ A respeito do modo como a “sociedade da informação” age a serviço do capitalismo financeiro globalizado, ler George (2007).

² Ver sobre esse assunto a tese de Maxime Ouellet (2009).

os detentores do poder, principalmente o poder econômico, Mosco traça um paralelo entre o rádio e a Internet. Nos anos 1920, amadores entusiastas começaram a trocar mensagens graças ao rádio, que operava, nesses casos, sem controle político ou econômico. Encorajados por essa nova invenção, eles pensaram em desenvolver comunidades virtuais e obter, assim, uma parte do poder. Bertold Brecht havia estimado que “o rádio deveria ser convertido de um sistema de distribuição para um sistema de comunicação. O rádio poderia se tornar o mais maravilhoso sistema de comunicação pública jamais imaginado [...]. Isso significa que o rádio deveria perder seu papel de fornecedor de informações e organizar o ouvinte enquanto produtor de informações”³. Contudo, no final, foi a lógica capitalista que prevaleceu, pois os homens de negócios impuseram o ponto de vista segundo o qual o rádio poderia funcionar sob o princípio da venda das audiências aos anunciantes. Será que a história se repetirá?

Em todo caso, Mosco estima que as afirmações a respeito das “autovias da informação” participaram da elaboração de um novo mito, o qual deu origem ao sucesso da expressão. Mas o que podemos entender aqui pelo emprego do termo “mito”? Mosco afirma que os mitos são mais do que realidades falsificadas. Como explicitado por Lévy-Strauss (1978, 1987), os mitos auxiliam as pessoas a suportar as contradições que não podem jamais ser completamente solucionadas na vida social. Mosco evoca também a explicação de Roland Barthes (1972 [1957]), que salienta que os mitos falam das coisas, tornando-as inocentes, conferindo-lhes uma justificação natural e eterna, fornecendo-lhes uma clareza que não diz da explicação, mas do estado das coisas. O mito proporciona uma clareza eufórica ao eliminar as complexidades e as contradições

³ Tradução livre do seguinte trecho: “Radio should be converted from a distribution system to a communication system. Radio should be the most wonderful public communication system imaginable [...] This means that radio would have to give up being a purveyor and organize the listener as a purveyor” (Mattelart e Siegelau, 1983:169).

(1972:143). É assim que os discursos sobre a “autovia da informação” levam as pessoas a crer na realização do sonho dos filósofos e dos bibliotecários: tornar o todo da informação disponível no mundo sem que precisemos de tempo, energia e dinheiro para nos deslocar aos locais onde as informações estão estocadas. Eles nos levam a crer, também, que as



Falar sobre a “sociedade da informação” apontava para a existência de um desejo em favor de uma renovação do vínculo social

comunidades existentes se reforçam e que as novas comunidades virtuais emergem como consequência da criação das redes. Certamente podemos admitir, no caso da Internet, que nem todo mundo tem acesso à rede, que nem toda comunidade virtual pode ser comparada a uma relação de vizinhança e que a conexão é muito cara para certas pessoas. O essencial não é, contudo, colocado em questão.

A proteção do mito é reforçada, uma vez que ele possui a tendência de transcender a história. Ou, no caso que nos interessa, trata-se frequentemente de uma ruptura na história entre antigas e novas sociedades, por meio do emprego de diferentes expressões, com a transmissão das seguintes idéias: a abundância em termos de informação, a acessibilidade das TICs, a predominância do trabalho intelectual, a possibilidade de fazer as coisas em termos de pertencimento comunitário, etc. Podemos até anunciar que aquilo que aconteceu anteriormente pertence à pré-história. Para Mosco, é Nicholas Negroponte que mais refletiu sobre essa tendência, ao redigir sua obra *O homem numérico* (1998), na qual ele anuncia que os *bits* substituíram doravante os átomos: “a negação da história é central

para compreender o mito como discurso despolitizado, pois negar a história significa retirar-se da discussão ativa do agenciamento da humanidade, dos constrangimentos das estruturas sociais e da política do mundo real. Segundo o mito, a era da informação transcende a política, pois ela distribui o poder a cada um e em grande abundância⁴. No caso que nos interessa, o discurso mítico que

Onde podemos encontrar a idéia central de que seria suficiente agora seguir a via traçada pela tecnologia?



se desenvolveu depois de quatro décadas faz alusão a uma sociedade mais democrática, menos hierárquica e mais horizontal.

A idéia do surgimento de uma nova sociedade, marcada pelo fim da fronteira entre produção e consumo, onde cada um poderia aparecer como criador – e não mais unicamente como receptor passivo –, não é nova. No Quebec, é no início dos anos 1970 que Jean Cloutier anuncia, em sua obra *La communication audio-scripto-visuelle à l'heure des self-médias* (1973), o surgimento da era da comunicação individual, marcada pela apropriação da ferramenta tecnológica – poderia tratar-se da informática pessoal, mas também do vídeo, da fotografia etc. – e pelo próprio indivíduo que se tornaria, assim, capaz tanto de emitir quanto de receber todos os tipos de mensagens. Em seguida, esse tipo de proposi-

⁴ Tradução livre do seguinte trecho: “The denial of history is central to understanding myth as depoliticized speech because to deny history is to remove from discussion active human agency, the constraints of social structure, and the real world of politics. According to myth, the Information Age transcends politics because it makes power available to everyone and in great abundance” (1998:60).

ção foi retomada, até que, nesse início de século XXI, começássemos a falar de “web 2.0”, ou justamente de “web participativa”. Iremos ver, em um segundo momento, que há uma filiação entre as expressões de “sociedade da informação” e de “sociedade 2.0”.

Da “sociedade da informação” à “web 2.0”, ou à “sociedade 2.0”

Os discursos consagrados à “sociedade da informação” talvez, hoje, tenham perdido um pouco de seu alcance. Essa é uma hipótese proposta por Bernard Miège (2008), que afirma que esses discursos atingiram seu auge no período que vai dos anos 1980 à primeira década do século atual. Mas se é esse o caso, é porque outras expressões tomaram a dianteira, mas preservando, de modo geral, os mesmos objetivos de apresentação de uma sociedade harmoniosa, repousando sobre as tecnologias de informação e de comunicação. E ainda, sobre uma economia cuja importância na sociedade não seria considerada como problemática, e no centro da qual os conflitos e desigualdades estariam em ampla diminuição, a favor de relações mais horizontais, menos hierárquicas e mais democráticas. Em um primeiro momento, iremos tratar dessa filiação entre esses discursos que continuam a veicular uma palavra mítica e, em seguida, relembremos toda a importância de desenvolver uma abordagem crítica com relação a essa visão de nossas sociedades.

Um discurso que adquiriu renovada popularidade em torno da “web 2.0”

Muito antes do que foi chamado de “web 2.0”, Pierre Lévy afirmou que “o ciberespaço pode aparecer como um tipo de materialização técnica dos ideais modernos. Em particular, a evolução contemporânea da informática constitui uma surpreendente realização do objetivo marxiano de apropriação dos meios de produção pelos próprios produtores. [...] Se o espetáculo (o sistema mediático), segundo os situacionistas, é o ponto máximo da do-

minação capitalista, então o ciberespaço realiza uma verdadeira revolução, uma vez que ele permite – ou permitirá em breve – que todos se transformem em editores, produtores, difusores ou em intermediários em geral para divulgar seus textos, sua música, seu mundo virtual, ou qualquer outro produto pessoal” (1997:122). No ano seguinte, Jean-Louis Weissberg mencionava que a Internet foi o primeiro sistema de comunicação suscetível de se desenvolver amplamente e que não distinguia “em seu princípio (e somente em seu princípio), o emissor do receptor” (1998:239). Será que deveríamos concluir, seguindo Weissberg, que assistimos à emergência de novas formas autorais sob o pretexto de que essa tendência estaria ligada ao desejo que os seres humanos teriam há séculos de se expressar? De maneira mais global, seria a Internet um lugar menos hierarquizado que o conjunto da sociedade, um pouco como o modelo de cooperação que permitiu construir a rede ao longo das décadas precedentes?

Várias pesquisas, atribuindo uma importância notável às observações empíricas, fizeram com que fosse colocada em questão essa visão idealista do desenvolvimento da rede informática por diversos motivos: os níveis de acesso dos usuários aos dispositivos técnicos e de apropriação muito diferentes uns dos outros; as propensões bastante variadas à “tomada da palavra” pública, apontando para um capital cultural desigualmente partilhado; as características do modo de vida capitalista, começando pela falta de tempo disponível e o tempo passado diante dos meios de comunicação de massa, etc. Eu mesmo trabalhei sob essa perspectiva durante vários anos, sobretudo em torno de minha tese de doutorado (2001). Continuo agora essa operação de desmistificação ao estudar o lugar ocupado pelas TICs na mobilização de componentes da “sociedade civil” no Quebec.

Contudo, os discursos sobre a pretensa emergência da “web 2.0” deram rapidamente lugar a uma nova onda de afirmações entusiásticas. Encontramos neles, por exemplo, a idéia segundo a qual os “internautas comuns”

poderiam agora, enfim, ter voz e colocar em xeque as concepções extremamente hierárquicas da produção de sentido, a fim de transformar nossas sociedades. Henry Jenkins, diretor do programa *Comparative Media Studies*, no MIT, havia anunciado, desde 2001, que “a convergência mediática [geraria] uma nova cultura popular participativa, ao oferecer às pessoas comuns as ferramentas para arquivar, anotar, apropriar-se e retransmitir os conteúdos” (Jenkins, 2001:93). Em seu livro, *Convergence culture: where old and new media collide* (2001), ele defendeu a tese segundo a qual os fãs e suas atividades teriam, de agora em diante, um papel central no desenvolvimento das indústrias da cultura. Assim, ele anuncia a possibilidade de os fãs se tornarem verdadeiros parceiros ativos no entrecruzamento entre cultura popular e cultura comercial em uma sociedade em rede. E, da mesma forma que outros “gurus”, seu posicionamento parece mais do que nunca ambíguo entre pesquisa e militância. Assim, ele apresenta essa obra em seu *site* como “uma intervenção pública que tenta ajudar, ao mesmo tempo, consumidores e produtores a entender as mudanças em curso naquilo que diz respeito às suas relações”⁵. Onde podemos encontrar a idéia central de que seria suficiente agora seguir a via traçada pela tecnologia?

Essa mistura de gêneros repousa sobre uma aposta: o fato de que a profecia auto-realizada ganha corpo ao ser anunciada incessantemente. O especialista da cultura centrada nos fãs anuncia que estes terão seu lugar transformado em algo crucial na própria produção de bens e serviços culturais. O problema é que essa atitude tende a minar totalmente qualquer perspectiva crítica – o que pode parecer perturbador, pois certos “adeptos” das TICs podem igualmente ser críticos virulentos dos chamados meios de comunicação de massa, e isso como se houvesse forçosamente uma diferença considerável, até mesmo uma forte opo-

⁵ Do original: “...a public intervention into this situation, trying to help both consumers and producers understand the changes which are occurring in their relationship”.

sição sistemática, entre os meios tradicionais qualificados como “de massa”, que seriam alienantes, e as “novas” tecnologias, consideradas como fontes de emancipação. Ora, essa ausência de distância crítica contribui amplamente para esquecer, ou para ocultar o fato de que por trás dos numerosos e variados usos que se desenvolvem para a rede, certas empresas desempenham um papel central, tanto no que concerne à produção, quanto no que se refere à distribuição de conteúdos informacionais e culturais. Falamos até de “sociedade 2.0” para mostrar que a democracia inerente, intrínseca ao desenvolvimento dos serviços mais recentes das tecnologias numéricas e organizadas em rede, se expandiu no conjunto dos setores de atividade, favorecendo, por “contaminação”, novas organizações menos hierárquicas, mais participativas. A saúde, a educação, o transporte, a cultura, as instituições, tudo começa a ser rotulado como “2.0”. David Fayon, autor de um livro de título revelador, *Web 2.0 et au-delà. Nouveaux internautes: du surfeur à l'acteur* (2010), retoma, por sua conta, a idéia de uma terceira revolução, ocorrida após aquela da agricultura e da indústria: a “revolução imaterial”, “ainda mais acelerada com o fenômeno das redes sociais no seio da Web 2.0 e da sociedade 2.0” (Fayon, 2010). A expressão “sociedade 2.0” começa mesmo a ser retomada em certas instituições universitárias. Tal é o caso, por exemplo, do importante grupo pluridisciplinar francês, *Marsouin*, que desenvolve um projeto de pesquisa que tem como título “sociedade 2.0”, e ainda outro que tem como principal tema a “empresa 2.0”.

Felizmente, Philippe Bouquillon e Jacob Matthews nos lembram, em uma obra intitulada *Le Web collaboratif. Mutations des industries de la culture et de la communication* (2010), que a expressão “web 2.0” apareceu em 2003, sendo que a paternidade do termo é geralmente atribuída a Tim O’Reilly, especialista em informática e empreendedor. Ele buscava relançar a Internet como setor de atividades econômicas, enquanto a virada do milênio vinha marcada pelo estouro da bolha criada anteriormente em torno da

rede. Ele defendia o ponto de vista segundo o qual a “saúde” da rede informática repousaria sobre o modelo “participativo”, no qual o internauta/usuário deveria deixar o simples estatuto de consumidor para se tornar um “produtor de conteúdos”. Esse discurso, amplamente conhecido, havia sido refutado antes, como mencionamos anteriormente, mas, mesmo assim, ele consegue se impor novamente, inclusive no seio da comunidade acadêmica, onde certos membros não hesitaram a retomar, por sua conta, a expressão “web 2.0” sem perceber que esse uso estava longe de ser neutro. Contudo, como demonstraram Bouquillon e Matthews, a temática da “web 2.0” contribui para legitimar as formas assumidas pelo capitalismo desde o fim do período fordista dos anos 1970. Eles afirmam que “os discursos relativos à web 2.0 retomam, prolongam e renovam importantes discursos sobre as indústrias da cultura e da comunicação, assim como sobre as TICs e sua inserção econômica e social” (2010:10). A web 2.0 aparece, desde então, como a versão mais atual da “sociedade da informação”. Passamos a falar de técnica com interfaces – enfim convivíveis! – que poderão descentralizar melhor os discursos e falas, o que não era feito pela “web 1.0” (que nem era etiquetada como tal). Mas falamos desde já da “web 3.0”, e mesmo da “web 4.0”, no caso de a “web 2.0” não cumprir todas as suas promessas. Mas falamos muito pouco de economia, ainda que ela seja onipresente, como mostra um bom número de aspectos da figura emblemática dessa “rede colaborativa”, como o Facebook. E atribuímos todos esses tipos de influências positivas às redes sociais numéricas.

● A urgência da crítica

Em uma obra que organizei com Fabien Granjon, *Critique de la société de l'information* (2008), afirmávamos que não se trata de contestar o lugar, cada vez maior, das TICs nas diversas esferas de atividades no centro das quais os atores sociais se inserem. Trata-se, sobretudo, de refletir sobre as

expectativas econômicas, políticas, culturais ou sociais que nos eram apresentadas como efeitos positivos desse desenvolvimento tecnológico. Nosso argumento foi construído nos seguintes termos: “Os zeladores da sociedade da informação, ao tornarem sua a religião do progresso técnico, delegam à comunicação, à rede e ao mercado, a melhoria das condições de vida e a manutenção do vínculo social. Fontes presumidas de uma nova sociedade mais igualitária e mais transparente, as TICs devem agora realizar o conjunto das atividades sociais que elas deveriam atravessar e aprimorar” (George e Granjon, 2008:10). O que essas visões do mundo esquecem completamente é que nem as tecnologias, nem o discurso sobre as tecnologias conseguem modificar as relações de classe e as estruturas de dominação das sociedades capitalistas, que mobilizam a seu serviço as tecnologias e o discurso referente a elas. Ao contrário das promessas que anunciam uma melhoria das condições sociais de existência, as desigualdades materiais aumentaram desde o fim do período fordista, e isso tanto nos países mais ricos quanto nos mais pobres; o que se explica principalmente pelo fato de que a remuneração do capital esteve em alta, em detrimento da remuneração do trabalho.

Várias análises que anunciam mudanças sociais notáveis, e mesmo centrais, frequentemente se fiam em várias considerações, começando pelas estruturas econômicas e políticas existentes, pelo estado das forças sociais passíveis de contribuir para mudar a forma e, mais fundamentalmente, o estado das relações sociais existentes, as relações sociais que permanecem dependentes dos modos de produção, ainda que elas não se reduzam. E falar de modo de produção remete a reintroduzir a noção de capitalismo, percebida ao caracterizar o estado de funcionamento de nossas economias, mas, de modo mais global, enquanto modo de vida centrado sobre a dominação de valores econômicos, como a eficácia, a racionalização e o individualismo. É possível notar que as noções de “capitalismo” e de “modo de produção” aparecem,

a todo o momento, como banidas da maioria das pesquisas que se remetem globalmente aos vínculos entre sociedades e TICs. Nesse sentido, nada garante que as TICs podem ser utilizadas com finalidades emancipatórias. Se acreditamos em Luc Boltanski e Ève Chiappello, no livro *Le nouvel esprit du capitalisme* (1999), certamente a “sociedade conexionalista” contribuiu para complexificar as mediações entre todas as componentes de nossas



A ausência de distância crítica contribuiu amplamente para ocultar o fato de que certas empresas desempenham um papel central

sociedade, o que tornou mais difícil colocar em evidência os fenômenos de exploração. Mas os mercados financeiros e as empresas transnacionais permanecem, mais do que nunca, os principais atores sociais responsáveis pela exploração capitalista.

É de crucial importância não confundir a análise do existente e a aspiração normativa, uma vez que a confusão parece geralmente ser a regra. De um ponto de vista normativo, podemos eventualmente perceber no desenvolvimento da Internet, e de outras TICs, uma nova potencialidade para o desenvolvimento de sociedades menos hierarquizadas, mais igualitárias, nas quais todos poderiam ter um maior domínio sobre seu futuro. Todavia, de um ponto de vista analítico, é sempre importante considerar as desigualdades e as relações de poder entre os atores, as lógicas que contribuem para estruturar suas ações e do papel das ideologias, incluindo aquelas que se apresentam como o estado natural das sociedades. Muito pelo contrário, as ideologias podem ser menos visíveis, mas muito presentes. Recusar a integração na análise das

desigualdades, das relações de poder, todas as formas de exploração e de dominação, significa, na verdade, contribuir para reforçá-las. Mas é igualmente importante, como aponta Erik Neveu, não nos inclinarmos “em direção da produção de contra-mitologias, uma vez que elas também são redutoras”, partindo à caça aos mitos (1994:72).

Essa caça aos mitos nos parece mais importante do que as diferentes razões que explicam como as expressões “sociedade da informação” e “web 2.0”, e mesmo “sociedade 2.0” são amplamente mobilizadas pelos dirigentes de empresas, responsáveis políticos e membros da “sociedade civil”. É possível indagar a respeito de uma eventual “convergência” no uso dessas expressões. Enquanto trabalhador, cidadão, militante e até mesmo como ser humano, o usuário das TICs não deve ser cada vez mais performático, criativo e “empreendedor de si mesmo?” Seguindo o ponto de vista de Maxime Ouellet (2009), é possível nos perguntarmos a respeito da articulação entre regimes de poder e tipos específicos de subjetividade em uma perspectiva foucaultiana. Dentro do quadro da passagem do capitalismo fordista nacional ao capitalismo financeiro globalizado, que se firmou a

partir dos anos 1970, as TICs não foram primeiramente apresentadas como uma fonte de empoderamento que permite aos indivíduos aumentar seu capital comunicacional?

Enquanto empreendedor de si, em todas as atividades que desempenha no cotidiano, o sujeito faz sua auto-promoção e utiliza as TICs para a realização de seus próprios fins, para valorizar-se, ao mesmo tempo, por fins monetários e simbólicos. Em consequência, será que o sujeito-cidadão, o sujeito reflexivo característico da modernidade, não possui a tendência a abandonar o debate sobre as grandes orientações normativas da sociedade para se transformar em um investidor que tem como principal função gerar capitais (econômicos, culturais, intelectuais, reputacionais e humanos) (Ouellet, 2009:146)? E a sociedade que se esconde por trás de expressões como “sociedade da informação” e “sociedade 2.0”, será ela uma sociedade na qual as tecnologias, principalmente da informação e da comunicação, tornadas onipresentes, não seriam mais interpeladas sob o registro do “Por que”, mas somente sob o registro do “Como” – o que tornaria particularmente difícil todo desenvolvimento em termos de abordagem crítica?

(artigo recebido mar.2011/aprovado abr.2011)

Referências

- BARTHES, Roland. **Mythologies**. New York: Noonday Press, 1972.
- BOLTANSKI, Luc e CHIAPELLO, Ève. **Le nouvel esprit du capitalisme**. Paris: Gallimard, 1999.
- BOUQUILLION, Philippe e MATTHEWS, Jacob. **Le Web collaboratif. Mutations des industries de la culture et de la communication**. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 2010.
- CASTELLS, Manuel. **L'ère de l'information, Tome 1: La société en réseaux**. Paris: Fayard, 1998.
- CLOUTIER, Jean. **La communication audio-scripto-visuelle à l'heure des self-médias: ou l'ère d'Emerc**. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 1973.
- GEORGE, Éric. “Analyse des discours sur la société de l'information”. In: LEDJOU, Jean-Michel e NASCIMENTO, José do (Eds.). **La démocratie à l'épreuve de la société numérique**. Paris: Karthala, 2007, p. 13-32.
- GEORGE, Éric e GRANJON, Fabien (Dir.). **Critiques de la société de l'information**. Paris: L'Harmattan, 2008.
- JENKINS, Henry. **Convergence Culture: Where Old and New Media Collide**. New York: New York University Press, 2007.
- LÉVY, Pierre. “La cyberculture en question: critique de la critique”. **La Revue du M.A.U.S.S.**, n. 9, 1997, p. 111-126.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Myth and meaning: Cracking the code of culture**. Toronto: University of Toronto Press, 1978.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Anthropology and myth: Lectures, 1951-1982**. Oxford: Blackwell, 1987.
- MACHLUP, Fritz. **The Production and Distribution of Knowledge in the United States**. Princeton: Princeton University Press, 1962.
- MIÈGE, Bernard. “L'imposition d'un syntagme: la Société de l'Information”. **Tic&société**, v. 2, n. 2, 2008, p. 9-34.
- MOSCO, Vincent. “Myth-ing Links: Power and Community on the Information Highway”. **The Information Society**, v. 14, n. 1, 2008, p. 57-62.
- NEVEU, Érik. **Une société de communication?**. Paris: Montréalien, 1994.
- OUELLET, Maxime. **Le capitalisme cybernétique dans la société globale de l'information: une approche culturelle de l'économie politique de la communication**. Thèse de doctorat en sciences politique, Ottawa: Université d'Ottawa, 2009.
- PORAT, Marc Uri. **The Information Economy: Definition and Measurement**. Washington, DC: United States Department of Commerce, 1977.
- TREMBLAY, Gaëtan e GEORGE, Éric. **Le contexte institutionnel du développement des autoroutes de l'information au Japon et au Canada**. Congrès de la SFSIC, Information, Communication et Technique. Regard sur la diversité des enjeux. Grenoble: SFSIC, 1996, p. 397-408.